



## EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS POR EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO RIO GRANDE DO SUL

Juciléia Giacomini<sup>1</sup>

### RESUMO

Esse estudo teve por objetivo descrever as informações de caráter ambiental evidenciadas nos relatórios da administração de uma amostra de vinte e cinco companhias abertas com atuação no Rio Grande do Sul (RS), publicados no site da BM&FBovespa e correspondentes ao exercício de 2013. A pesquisa realizada pode ser classificada como qualitativa, no que se refere à abordagem do problema, descritiva em relação ao seu objetivo e documental quanto ao procedimento técnico utilizado na coleta dos dados. Os dados obtidos foram objeto de uma análise de conteúdo, considerando oito categorias e trinta e seis subcategorias de análise. Os resultados obtidos revelam uma baixa evidenciação de informações ambientais pelas companhias da amostra, muitas das quais não apresentaram qualquer tipo de evidenciação. As informações que tiveram maior divulgação nos relatórios examinados se referiam aos aspectos relacionados com obediência às leis, licenças e órgãos ambientais; recebimento de prêmios e participação em eventos; certificações ambientais recebidas; existência de sistema para reduzir impactos sobre o meio ambiente em função de desperdícios e resíduos do processo produtivo. A maioria das informações divulgadas foi apresentada em forma narrativa, e com menos ênfase foram utilizadas informações quantitativas (físicas e monetárias). O estudo revela a pouca utilização do relatório da administração por parte das companhias para divulgarem suas ações relacionadas com o meio ambiente, mesmo considerando a importância desse relatório como importante elemento de comunicação da companhia com seus *stakeholders*.

**Palavras-chave:** Evidenciação (*Disclosure*). Informações Ambientais. Relatório da Administração.

<sup>1</sup> Mestre na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: juci\_giacomini@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Debates e questionamentos sobre a relação entre os interesses econômicos empresariais e suas externalidades socioambientais tem se tornado o centro dos debates nos últimos anos (OUCHI, 2006). A quantidade de transações no mercado, a produção em grande escala de produtos e serviços com falta de responsabilidade e comprometimento com os recursos naturais, acabaram por se traduzir em sérios problemas nos dias atuais (MUSSOI; BELLEN, 2010). Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) argumentam a este respeito, que a sociedade vem exercendo forte pressão sobre os governos e empresas para a redução dos impactos negativos que tais atividades têm causado ao meio ambiente.

Assim, considerando que as relações das empresas se estabelecem com diversos grupos de interesse, há o entendimento de que estas devem se preocupar em evidenciar as suas realizações em favor da sociedade de modo geral, adotando um posicionamento ético e responsável, que exige que as questões de cunho social e ambiental sejam levadas em consideração no seu gerenciamento, buscando-se um equilíbrio destes dois componentes com as questões de ordem econômica (BEUREN; SANTOS; GUBIANI, 2013).

De Luca (1998), defende que fornecer informações à sociedade sobre a utilização de recursos humanos, naturais, financeiros e tecnológicos, é o mínimo que uma empresa deve fazer para merecer o respeito e a credibilidade para continuar suas operações. Com este mesmo pensamento, Donaire (1999, p.22) complementa, mencionando que “uma organização só tem razão de existir se desempenhar um papel socialmente útil e o contrato social existente entre empresas e sociedade puder ser refeito ou revogado, caso elas falhem em atender as expectativas da sociedade”. Czesnat e Machado (2012) ainda reforçam que uma empresa é legitimada pela sociedade à medida que seus valores e crenças se alinham aos valores e crenças que a sociedade entende como corretos.

No campo empírico, estudos têm sido desenvolvidos para examinar a divulgação de informações de caráter ambiental por parte das companhias. Ribeiro, Van Bellen e Carvalho (2011), por exemplo, constataram a existência de diferenças significativas no nível de evidenciação ambiental das companhias em

países mais regulados, em comparação com os menos regulados, ou seja, a evidenciação de ações relacionadas com o meio ambiente reage aos estímulos regulatórios de seus países. Czesnat e Machado (2012), em estudo realizado com companhias do setor de telecomunicações, constataram que estas se dedicam mais a realizar práticas de responsabilidade socioambiental no âmbito interno do que no externo, com base no que foi divulgado em seus relatórios da administração. Oliveira, Machado e Beuren (2012) concluíram em sua pesquisa que as empresas brasileiras resistem ao princípio da divulgação plena, na medida em que a evidenciação ambiental no Brasil não tem caráter coercitivo.

Visando observar essa questão em um âmbito mais restrito, surge o seguinte questionamento: Quais são as informações ambientais divulgadas por companhias abertas com atuação no Rio Grande do Sul? Portanto, o objetivo desse estudo é descrever as informações ambientais evidenciadas por companhias abertas atuantes no Rio Grande do Sul.

Esse estudo se justifica pela atualidade e relevância do tema, na medida em que a evidenciação ambiental tem se tornado uma exigência por parte da sociedade, e se constituído em um diferencial entre as empresas, dentro de um contexto da sustentabilidade corporativa (OUCHI, 2006). Ao mesmo tempo, esse tema ocupa importante espaço no meio acadêmico e dos negócios, pois se espera que sejam adotados mecanismos por parte das empresas, do governo e da sociedade, para que de fato se alcance um desenvolvimento sustentável.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

Na revisão de literatura deste estudo são abordados temas que embasam conceitualmente a problemática da pesquisa em questão. Na seguintes subseções, busca-se contextualizar sobre Evidenciação; Evidenciação voluntária ambiental e estudos precedentes relacionados ao tema.

### **2.1 Evidenciação**

Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam que nos Estados Unidos a evidenciação dos relatórios contábeis destina-se aos acionistas, investidores e credores. No entanto, há outros grupos de interesse na divulgação contábil, os denominados usuários secundários da evidenciação. Para os autores, naquele país a informação contábil tem um papel relevante para que ocorra um bom funcionamento do mercado de capitais.

Os autores mencionam que uma situação diferenciada ocorre na Europa onde os funcionários e o Estado estão no patamar dos acionistas como usuários da informação contábil, ou seja, entendem que o efeito dessa posição é a alteração da natureza do processo de divulgação. Nesse contexto, Costa e Marion (2007) ressaltam que a contabilidade pode ser vista como uma ferramenta para controlar e fornecer melhores tomadas de decisão, e isso ocorre por meio do *disclosure* ou da evidenciação.

A evidenciação por meio de relatórios e demonstrativos contábeis é um instrumento de transparência das entidades, razão pela qual Tinoco e Kraemer (2004), mencionam que evidenciar é relatar não somente o desempenho econômico, mas também o desempenho financeiro, social e ambiental das organizações aos seus parceiros sociais.

Aquino e Santana (1992) e Ludícibus (2004), conceituam a evidenciação como uma espécie de canal, de elo de ligação, entre os Postulados/Princípios Contábeis e os objetivos da Contabilidade, permitindo que esta atinja os seus objetivos.

No campo da evidenciação pode se distinguir a evidenciação compulsória e a evidenciação voluntária. Quanto à evidenciação compulsória, Ludícibus (2004) menciona que está se vale da forma e apresentação das demonstrações contábeis, de informações entre parênteses, de notas explicativas, de quadros e demonstrativos complementares, de comentários do auditor e do relatório da administração.

Czesnat e Machado (2012), ressaltam que devido à linguagem menos complexa e ao menor uso de terminologias contábeis, o formato de apresentação desses relatórios possibilita uma maior comunicação entre a empresa e os seus investidores, facilitando a compreensão e interpretação pelos *stakeholders*. E

devido a esse caráter mais descritivo, os autores ainda complementam que parte das empresas utilizam este documento a fim de divulgarem suas práticas de Responsabilidade Social e Ambiental, sendo que está exigência não é apenas da sociedade, mas também dos demais *stakeholders* de informações sobre suas práticas ambientais e sociais e a não obrigação legal de um relatório voltado especificamente para este assunto levaram as empresas a institucionalizar o uso dos relatórios de administração como forma de comunicar suas práticas socioambientais

Rover *et al* (2012), explicam que as alterações trazidas pelas Leis n.11.638/07 e n.11.941/09 não tratam da questão ambiental diretamente, mas sim de princípios contábeis aplicáveis a todos os casos. Para os autores ao enfatizar a essência dos fatos econômicos sobre a propriedade jurídica – a forma, a nova diretriz trazida pelas referidas leis prima pela análise econômica de custos e benefícios, onde os fatos ambientais, dentro do contexto da sustentabilidade, emergente na mensuração do valor das empresas, são indiretamente valorizados. Os autores mencionam que desta forma, qualquer fato ocorrido ou provável de interações com o meio ambiente, com potencial de alterar a valoração e a sustentabilidade da empresa, deve, nesse contexto, ser considerado e evidenciado.

A padronização contábil internacional por meio da IAS 1 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis por meio do CPC 26 (2011), definem a evidenciação obrigatória completa das demonstrações contábeis, mencionando que o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b1) demonstração do resultado do período;
- (b2) demonstração do resultado abrangente do período;
- (c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (d) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (e) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;
- (f) balanço patrimonial do início período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou procede à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou ainda quando proceda à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis;
- (g) demonstração do valor adicionado do período, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.

Motta, Mazza e Oliveira (2011), explicam que o papel dos *stakeholders* é o de exigir informações ambientais relacionadas ao processo produtivo da empresa, seus produtos, sua conduta socioambiental, suas estratégias, seus investimentos na área, custos ambientais atuais e futuros, litígios, entre outros, que atendam especificamente as suas necessidades informacionais.

Murcia *et al* (2008), reforça acerca da análise das informações de caráter ambiental diz respeito à localização da informação. Basicamente, as Demonstrações Contábeis podem ser divididas em quatro grandes partes: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis propriamente ditas, Notas Explicativas e Parecer da Auditoria. A localização da informação é importante na medida em que possibilita algumas inferências, como: informações evidenciadas no Relatório da Administração não são *auditadas* ou informações contidas nos balanços servem para a formação de *covenants*.

Já em relação à evidenciação voluntária, Klann e Beuren (2011), a definem como aquela que compreende algum tipo de informação contida nos relatórios corporativos anuais, além daquelas exigidas legalmente, ou seja, divulgadas e apresentadas por iniciativa própria.

Santos *et al* (2012) comentam que com exceção de alguns setores regulados a maioria das empresas brasileiras não está obrigada a evidenciar informações ambientais, no entanto muitas já estão utilizando tal prática uma vez que, além da consciência socioambiental, acreditam que passarão a ser mais bem vistas pelos *stakeholders*, gerando para estes uma boa reputação no mercado.

## **2.2 Evidenciação Ambiental e estudos precedentes**

Ribeiro *et al.* (2010) comenta que a ciência contábil cada vez mais vem ampliando seus limites quanto à questão ambiental, aplicando seus preceitos, avaliando os riscos e benefícios das atividades econômicas, no intuito de trazer melhorias tanto individuais quanto coletivas. Para Yamamoto e Salotti (2006) o nível de divulgação das informações contábeis depende de fatores externos à empresa, como o ambiente no qual a empresa está inserida; o grau de exigência

de seus usuários; informações advindas de setores da sociedade e de seus próprios pares; a divulgação de dados econômicos da população e de diversos setores do governo e a existência de um mercado de capitais estruturado.

Levando em consideração as pesquisas e estudos desenvolvidos no Brasil, podem ser mencionados, segundo Mussoi e Bellen (2010) alguns dos autores que contribuem com o assunto: Borba *et al.* (2006); Lima e Viegas (2001); Ribeiro e Martins (1993) e Ribeiro e Souza (2004), desenvolvendo estudos sobre a evidenciação dos passivos ambientais e no tratamento contábil dado às externalidades ecológicas. Estudos relacionados ao *disclosure* ambiental de empresas brasileiras também já foram conduzidos por diversos autores. (CALIXTO; LIMA; BARBOSA, 2007; COSTA; MARION, 2007; NOSSA, 2002; ROVER; ALVES; BORBA, 2006).

No contexto da evidenciação ambiental são encontrados estudos como o de Nossa (2002), investigou sobre a descrição dos dados coletados nos relatórios financeiros anuais e nos relatórios ambientais em nível internacional, das 50 maiores empresas por vendas, listadas pelo estudo da PriceWaterhouseCoopers do setor de papel e celulose, e em nível nacional, das 10 maiores empresas deste mesmo setor no Brasil, ranking divulgado pela revista Exame Maiores e Melhores (Exame, 2002). A pesquisa verificou o nível de *disclosure* de informações ambientais de empresas nacionais e internacionais do setor de papel e celulose, e constatou que as empresas tendem a divulgar somente as informações que lhes poderão trazer benefícios e que as informações ambientais divergem entre elas com relação ao tamanho, ao país de localização e ao tipo de relatório, seja financeiro ou específico, revelando a necessidade de maior confiabilidade e comparabilidade.

Lindstaedt e Ott (2007), investigaram os aspectos convergentes e divergentes entre as normas e recomendações de evidenciação de informações de natureza ambiental emitidas no âmbito norte-americano e brasileiro, e concluíram que no âmbito brasileiro, além da legislação societária não determinar *disclosure* ambiental nos relatórios anuais, as normas emitidas pelo CFC e pelo IBRACON apresentam um nível de detalhamento muito inferior ao recomendado pelo ISAR/UNCTAD.

Braga, Oliveira e Salotti (2008), buscaram avaliar a influência de determinadas variáveis sobre o nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de 108 companhias de capital aberto listadas na Bovespa no ano de 2006. Os achados da pesquisa demonstram que a maior parte das informações ambientais foi encontrada no relatório da administração e não passou pela avaliação dos auditores externos; a maioria destas informações é do tipo declarativa e atribuem crédito à imagem da empresa.

Ribeiro, Van Bellen e Carvalho (2011), verificaram se as práticas de evidenciação ambiental das companhias reagem aos distintos estímulos regulatórios de seus países de origem. Foram selecionadas empresas do setor de petróleo e gás natural de quatro países com similaridades culturais: Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália com relatórios anuais no ano de 2007. Os autores comprovaram que existem diferenças significativas entre os níveis de evidenciação ambiental das companhias da amostra pertencentes aos países mais regulados em comparação com os menos regulados, comprovando que o *disclosure* ambiental das companhias reage aos estímulos regulatórios de seus países.

Czesnat e Machado (2012), pesquisaram as formas isomórficas de legitimação relacionadas com as práticas de responsabilidade social e ambiental das empresas de telecomunicações listadas na BOVESPA, evidenciadas em seus Relatórios da Administração publicados no período transcorrido entre 1998 e 2008. Os autores constataram que as empresas de telecomunicações direcionam o maior número de práticas de responsabilidade social e ambiental para o público interno, e comparação com o público externo.

Oliveira, Machado e Beuren (2012), buscaram identificar o nível de evidenciação de caráter ambiental divulgado voluntariamente pelas empresas potencialmente poluidoras listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Os resultados apontaram que a evidenciação ocorre com maior intensidade na categoria de Políticas Ambientais. Os autores também concluíram que, devido ao fato de a evidenciação ambiental no Brasil não ter caráter coercitivo, as empresas não atendem ao princípio da divulgação plena.



Outro estudo realizado por Beuren, Gubiani e Santos (2013), sobre as informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE, no período de 2006 a 2008, concluiu que a maior parte das informações divulgadas busca atribuir imagem positiva às empresas, demonstrando assim a necessidade de normatização da evidenciação das informações ambientais.

Para Mussoi e Bellen (2010) , muitas companhias, na busca por uma melhor imagem social, acabam por evidenciar informações menos relevantes ao público, enquanto as informações que, realmente, refletem a *performance* ambiental, como os indicadores de consumo de recursos e emissão de poluentes, ficam em segundo plano. Segundo os autores, a falta de homogeneidade das informações ambientais presentes nos relatórios restringe a análise a peritos ambientais e dificulta a comparabilidade entre empresas de diferentes setores.

Santos *et al* (2012), comentam que a BM&FBovespa em 2010 já mencionava que a alguns anos atrás já havia iniciado uma tendência mundial dos investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos”. Nesse contexto, os autores reforçam que empresas geram valor ao acionista a longo prazo, pelo motivo de estarem mais preparadas para enfrentar possíveis riscos econômicos, sociais, bem como ambientais

Oliveira, Machado e Beuren (2012) ressaltam que os estudos realizados nos últimos anos demonstram que há crescente divulgação de informações ambientais por algumas empresas, enquanto outras quase não as divulgam.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Como o estudo objetiva descrever as informações ambientais divulgadas por companhias de capital aberto com atuação no Rio Grande do Sul, desenvolveu-se uma pesquisa com abordagem qualitativa. Nesse tipo de pesquisa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado, destacando características não observadas em um estudo

quantitativo (BEUREN, 2008). Marconi e Lakatos (2003, p.86), a este propósito assinalam que “o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam”.

Quanto ao seu objetivo o estudo caracteriza-se como descritivo, de acordo com Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Nesse sentido, fez-se uso de análise de conteúdo, que “é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 2011, p.24), observando-se a evidenciação de informações sobre as categorias e subcategorias apresentadas no Quadro 2 e adotando-se a sentença como unidade de análise. O procedimento técnico utilizado é o documental (relatórios da administração).

Nas sentenças identificadas buscou-se verificar o tipo de *disclosure* utilizado, tendo por base a classificação de Nossa (2002): (a) declarativa (narrativa), quando a informação é somente qualitativa e expressa em termos puramente descritivos; (b) quantitativa não-monetária (física), expressa em números de natureza não financeira; (c) quantitativa monetária, quando a informação é expressa em números de natureza financeira; e (d) quantitativa monetária e não-monetária, quando a informação é expressa em números de natureza financeira e não financeira.

A população do estudo compreende todas as companhias abertas com atuação no Rio Grande do Sul no ano de 2013, em número de vinte e quatro (24), que também correspondem à amostra do estudo (Quadro 1).

Quadro 1 – Empresas que compõem a amostra do estudo

<b>Empresas</b>	<b>Empresas</b>
AES SUL	JOSAPAR
ALTUS/AS	MINUPA
BAESA	ODERICH
CEEE GT	PETTENATI
DHB	PLANATLÂNTICA
DIMED	RANDON
EVORA	RECRUSUL
EXCELCIOR	RENNER
FRAS-LE	RGE
GERDAU – MET	RIOSULENSE

GRAZZIOTIN	SLC
IRANI	UNICASA

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados da pesquisa foram coletados nos relatórios da administração das companhias publicados no site da BMF&Bovespa, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Para efeitos da análise de conteúdo, foi considerada a adaptação realizada por Coelho (2010) da métrica fundamentada por um estudo elaborado por Rover *et al.* (2008) composta por 8 categorias e 36 subcategorias ambientais, conforme apresentado no Quadro 2. Os elementos expostos no Quadro 2 tem sua origem na Lei 10.165/2000.

Cabe ressaltar que a Lei 10.165/2000 de 27 de dezembro de 2000 que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 dividiu as atividades econômicas potencialmente poluidoras em setores e classificou-as em baixo, médio e alto impacto ambiental.

Quadro 2 - Categorias e subcategorias das informações ambientais

<b>1. Políticas Ambientais</b>	<b>2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental</b>
1.1 Declaração das políticas/práticas atuais e futuras	2.1 ISOs 9.000 e/ou 14.000
1.2 Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	2.2 Outras certificações ambientais (RoHs; FSC; etc.)
1.3 Declarações de que a empresa está (ou não) em obediência com leis, licenças e órgãos ambientais	2.3 Auditoria ambiental
1.4 Parcerias ambientais	2.4 Gestão ambiental
1.5 Garantias ambientais	
1.6 Prêmios e participações em eventos, programas e índices ambientais	
<b>3. Impactos dos Produtos e Processos</b>	<b>4. Energia</b>
3.1 Desperdícios/Resíduos	4.1 Conservação e/ou utilização mais eficiente de energias nas operações
3.2 Processo de acondicionamento (embalagem)	4.2 Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia
3.3 Reciclagem	4.3 Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia
3.4 Desenvolvimento de produtos ecológicos	4.4 Desenvolvimento de novas fontes de energia
3.5 Impacto na área de terra utilizada	
3.6 Odor	
3.7 Uso eficiente / Reutilização da água	
3.8 Vazamentos / Derramamentos	
3.9 Aumento / Redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) / Emissões atmosféricas	
3.10 Reparos aos danos ambientais	
<b>5. Informações Financeiras Ambientais</b>	<b>6. Educação, Treinamento e Pesquisa</b>
5.1 Investimentos ambientais	6.1 Educação ambiental (internamente e/ou comunidade)
5.2 Custos/Despesas ambientais	6.2 Pesquisas relacionadas ao meio ambiente

5.3 Passivos/Provisões ambientais	
5.4 Práticas contábeis de itens ambientais	
5.5 Seguro ambiental	
5.6 Ativos ambientais tangíveis e intangíveis	
<b>7 Mercado de Créditos de Carbono</b>	<b>8 Outras Informações Ambientais</b>
7.1 Projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL)	8.1 Menção sobre sustentabilidade ou Desenvolvimento sustentável
7.2 Créditos de carbono	8.2 Gerenciamento de florestas/reflorestamento
7.3 Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	8.3 Conservação e recuperação da biodiversidade
	8.4 Processos legais de natureza ambiental
	8.5 Menção ou divulgação de demonstrações e/ou relatórios ambientais complementares (balanço social; relatório de sustentabilidade; etc).

Fonte: Coelho (2010, p. 87-89).

O quadro acima será utilizado como fundamentação teórica para a interpretação dos resultados que seguem no próximo tópico.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

As próximas seções discorrem acerca dos resultados encontrados, nas quais foram buscadas a partir dos conceitos descritos nos tópicos anteriores. Inicialmente, e a fim de familiarizar o leitor aos processos adotados, apresenta-se os dados evidenciando a mensuração dos resultados associados.

##### **4.1 Categorias e Subcategorias evidenciadas**

Examinando-se as divulgações realizadas pelas vinte e quatro companhias da amostra, constatou-se que sete (29%) não abordaram qualquer item em seus relatórios da administração. Não se pode afirmar que estas companhias não tenham ações relacionadas com o meio ambiente, mas se tiverem não as divulgaram em seus relatórios. Das demais companhias, seis fizeram menção sobre a divulgação de relatórios ambientais complementares (balanço social; relatório de sustentabilidade etc), ou seja, divulgam as informações de cunho ambiental em relatórios específicos.

Nos relatórios divulgados pelas companhias foram identificadas 137 sentenças relacionadas com as categorias e subcategorias adotadas no estudo. A quantidade de sentenças em cada categoria pode ser observada na Tabela 1.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 299 - 323, abr./set. 2017

Tabela 1 – Quantidade de Sentenças por Categoria

<b>Categorias</b>	<b>Nº de Sentenças</b>
1. Políticas Ambientais	39
2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental	18
3. Impactos dos Produtos e Processos	20
4. Energia	2
5. Informações Financeiras Ambientais	11
6. Educação, Treinamento e Pesquisa	9
7. Mercado de Créditos de Carbono	2
8. Outras Informações Ambientais	36
<b>Total</b>	<b>137</b>

Fonte: Dados da pesquisa

#### 1 - Políticas Ambientais

Informações sobre políticas/práticas ambientais atuais e futuras (39 sentenças) foram divulgadas somente por três companhias, evidenciando que de forma geral a maioria não utiliza o relatório da administração para evidenciar este tipo de informação. Informações sobre o estabelecimento de metas e objetivos ambientais foram evidenciadas somente por duas companhias (12% da amostra).

A obediência às leis, licenças e órgãos ambientais foi evidenciada por seis companhias, duas das quais são as que divulgaram informações sobre o estabelecimento de metas e objetivos ambientais (AES Sul e Randon). No que tange às parcerias ambientais, somente a companhia Irani declarou ter estas parcerias com prefeituras, ONGS em diversos estados, como a parceria com a Junior Achievement, nos estados de SC, SP, RS e MG, as quais, segundo consta no relatório, possibilitaram a disseminação de conceitos como cidadania e sustentabilidade por meio do trabalho voluntário dos colaboradores.

Garantias ambientais não foram objeto de divulgação por parte das companhias, enquanto que prêmios e participações em eventos, programas e índices ambientais foram evidenciados por oito companhias (33% da amostra). A companhia Irani foi a que mais evidenciou prêmios recebidos, seguido da Gerdau. Exemplo desta categoria segue o parecer da empresa que mais evidenciou as premiações recebidas, a Irani: [...] A Companhia recebeu diversos reconhecimentos sociais, ambientais e de mercado, reflexo das ações e projetos

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 299 - 323, abr./set. 2017

desenvolvidos ao longo do ano: Anuário Época Negócios – Realização Revista Época; 500 Maiores do Sul – Realização revista Amanhã e PwC; Prêmio Expressão de Ecologia – Troféu Onda Verde na categoria Gestão Ambiental - Realização Editora Expressão; Prêmio Brasileiro de Embalagem Embanews Roberto Hiraishi [...].

## 2 - Sistemas de Gerenciamento Ambiental

Nessa categoria foram contabilizadas 18 sentenças. Na subcategoria relacionada a ISO 9.000 e/ou 14.000 foi possível identificar que do total de vinte e cinco companhias, oito declararam possuir tais certificações. Para exemplificar a subcategoria relacionada a ISO, segue a declaração realizada pela empresa AES Sul: [...] Em 2013 obteve-se a manutenção da certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado nos requisitos da Norma ISO 14001:2004, em 100% dos processos e unidades da companhia, cobrindo todas as operações da empresa na área de concessão.

Já em relação às certificações ambientais (RoHs; FSC; etc) somente uma companhia mencionou possuí-las (Baesa). Quanto à auditoria ambiental, observou-se que somente as companhias Renner e AES Sul evidenciaram em seus relatórios contar com a mesma, e as companhias CEEE-Gt, AES Sul e Irani divulgaram possuir sistema de gestão ambiental.

## 3 - Impactos dos Produtos e Processos

Com relação a esta categoria foram identificadas 20 sentenças divulgadas. Informações sobre a subcategoria que trata de desperdícios/resíduos foram identificadas em relatórios de sete companhias, que fizeram menção à existência de sistema para reduzir os impactos. A maioria dessas evidenciações é de natureza narrativa (declarativa). A companhia CEEE-Gt evidenciou informações de natureza quantitativa, tanto monetária como não monetária. Esta companhia apresenta o balanço social como um item específico do relatório da administração.

A DHB em seu relatório menciona: [...]Cada vez mais preocupada com o meio ambiente DHB, mantém sua eficiência no Gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos.

Nenhuma companhia divulgou informações sobre a subcategoria de processo de acondicionamento (embalagem). Sete companhias divulgaram em seus relatórios informações relacionadas com a subcategoria reciclagem, com destaque para a companhia Gerdau Metalúrgica. Nas evidenciações as companhias apresentaram textos narrativos, bem como elementos quantitativos (físicos e monetários). Segue a narrativa da empresa Gerdau: [...] Em suas usinas, o conceito da reciclagem está presente em distintas etapas do ciclo de produção de aço, contribuindo para redução do consumo de recursos naturais. Em 2013, cerca de 75% do aço produzido pela Gerdau foi feito a partir da sucata ferrosa, ou seja, de materiais obsoletos à sociedade. Isso significa que 15 milhões de toneladas de sucata foram retiradas do meio ambiente em 2013 [...].

Sobre o desenvolvimento de produtos ecológicos não foi possível identificar evidenciação, assim como sobre impacto na área de terra utilizada e odor. Informações sobre o uso eficiente/reutilização da água foram divulgadas nos relatórios das companhias Oderich e Unicasa, que informaram adotar este processo na elaboração de seus produtos. No tocante à vazamentos/derramamentos, nada foi evidenciado pelas companhias em seus relatórios. Informações sobre a subcategoria aumento/redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE)/Emissões foram divulgadas unicamente pela companhia Unicasa. Quanto à última subcategoria, reparos ambientais, as companhias Baesa e CEEE-Gt foram as únicas que divulgaram informações a respeito, utilizando dados quantitativos, tanto físicos como monetários nessa divulgação.

#### 4 - Energia

Essa categoria foi a que apresentou a menor quantidade de evidenciação por parte das companhias (apenas duas sentenças). Por exemplo, não foram encontradas informações sobre a utilização de materiais desperdiçados na produção de energia, discussão sobre a preocupação com a possível falta de

energia e desenvolvimento de novas fontes de energia. Quanto à conservação e/ou utilização mais eficiente de energia nas operações, foram identificadas informações unicamente no relatório da companhia AES Sul.

Segue declaração da empresa: A AES Sul destina 0,5% de sua receita operacional líquida ao Programa de Eficiência Energética (PEE), em linha com a determinação da ANEEL. O PEE tem como objetivo a redução no consumo de energia e a difusão dos conceitos de utilização racional da energia elétrica [...].

#### 5 - Informações Financeiras Ambientais

Nessa categoria as companhias divulgaram somente 11 sentenças. As companhias AES Sul, CEEE-Gt, Gerdau Metalúrgica e RGE, divulgaram informações sobre investimentos ambientais, valendo-se de dados quantitativos não-monetários (físicos) e monetários nessa evidenciação. A subcategoria de custos/despesas ambientais não teve qualquer divulgação por parte das companhias da amostra, e informações sobre passivos/provisões ambientais foram divulgadas somente por duas companhias: AES Sul, utilizando dados monetários e por fim, a empresa SLC Agrícola, que fez uso de forma narrativa: A Companhia registrou provisão para processos ambientais no valor de R\$400 (R\$400 no consolidado), cuja probabilidade de perda foi apontada como provável por nossa assessoria jurídica. A provisão para processo ambiental está registrada na rubrica com o nome outras provisões no passivo circulante [...].

Informações sobre a subcategoria de práticas contábeis dos itens ambientais não foram evidenciadas pelas companhias da amostra nos relatório da administração. Quanto à subcategoria seguro ambiental, somente a RGE mencionou possuir seguro contra eventuais problemas ambientais decorrentes de sua atividade, conforme segue: [...] para situações de emergências ambientais, a distribuidora possui contrato com empresa especializada, além de um seguro.

#### 6 - Educação, Treinamento e Pesquisa

Nessa categoria as companhias divulgaram somente 9 sentenças. Sobre educação ambiental (interna e/ou da comunidade) foram divulgadas informações por parte de seis companhias, que declararam se preocupar e realizar



treinamentos relacionados com a questão ambiental, tanto para o público interno, como para a comunidade de modo geral. A companhia que mais evidenciou foi a Baesa, com três sentenças divulgadas sobre o assunto. As informações foram narrativas e monetárias. Essa companhia também foi a única a divulgar em seu relatório a preocupação com a pesquisa relacionada ao meio ambiente.

Segue descrição da Baesa: [...] Destacamos os investimentos em projetos nas áreas de educação e cultura, que juntas correspondem a 57% do valor total aplicado pela BAESA em 2013. [...] A educação ambiental também foi o propósito de muitas ações apoiadas pela BAESA em 2013. Ao longo do ano, foram realizadas atividades como palestras, plantios de mudas, encenação de peças teatrais e visitas ao viveiro de mudas da UHE Barra Grande.

#### 7 - Mercado de Créditos de Carbono

A exemplo da categoria sobre energia, nessa categoria também foram identificadas somente 2 sentenças divulgadas. Não foram identificadas nos relatórios das companhias da amostra informações relacionadas com projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), nem sobre certificados de emissões reduzidas (CER). Sobre créditos de carbono foram identificadas informações de tipo narrativa no relatório da companhia Irani.

#### 8 - Outras Informações Ambientais

A oitava e última categoria trata da divulgação de outras informações ambientais. Nessa categoria foi identificada a publicação de 36 sentenças. A primeira subcategoria corresponde a menção sobre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, que mereceu a divulgação por parte de doze companhias que trataram desse tema, utilizando vários parágrafos para tal. Esses parágrafos continham informações divulgadas em forma narrativa, quantitativa (tanto física como monetária) e de caráter especificamente monetário.

A subcategoria gerenciamento de florestas/reflorestamento foi contemplada nos relatórios de duas companhias (RGE e EVORA), que evidenciaram informações dessa natureza. A subcategoria conservação e recuperação da biodiversidade foi mencionada no relatório da companhia Dimed mediante

informações de caráter físico (quantitativa). Não foram encontradas informações sobre a subcategoria processos legais de natureza ambiental. Seis companhias fazem menção ou divulgação de demonstrações e/ou relatórios ambientais complementares (balanço social; relatório de sustentabilidade; etc), sendo a maioria de forma narrativa.

#### **4.2 Informações ambientais divulgadas em outros meios de divulgação**

Além da análise das categorias e subcategorias, também foi realizada uma busca de informações relacionadas a evidenciação sobre o meio ambiente destas empresas em seus respectivos sites, bem como se as mesmas publicam algum relatório específico, como o balanço social ou relatório de sustentabilidade.

Quanto a divulgação das informações ambientais em seus respectivos sites, observou-se que quatorze empresas divulgaram informações ambientais, isso significa que 58% das empresas analisadas divulgam informações ambientais, embora a maioria não evidencie estas informações em seus relatórios de administração ou em relatórios específicos.

As informações divulgadas pelas empresas correspondem a itens específicos sobre sustentabilidade, meio ambiente, políticas de sustentabilidade, governança de sustentabilidade, compromisso com a sustentabilidade, responsabilidade ambiental, dedicação ambiental, políticas de meio ambiente, sistema de gestão ambiental, reciclagem, carbono neutro, gestão ambiental, gestão para a sustentabilidade, ciclos sustentáveis, eficiência energética, coleta seletiva, tratamento de água, estação de tratamento de efluentes. Conforme tabela 2 abaixo é possível identificar a nomenclatura que a empresa disponibiliza em seu site estas informações, bem como as que não divulgam. Cabe ressaltar que a maior parte das empresas que divulgaram informações em seus sites nomeiam e disponibilizam as informações em um link, ou aba específica descritas como "sustentabilidade" ou "meio ambiente". Estas análises permitiram verificar que grande parte das empresas da amostra, divulgam informações sobre meio ambiente, sustentabilidade em seus sites.

Tabela 2 – Divulgação de informações ambientais através dos sites

EMPRESA	DIVULGAÇÃO E DESCRIÇÃO NO SITE
1. AES SUL	Sustentabilidade, política de sustentabilidade, governança de sustentabilidade, consumo consciente, eficiência e redução de impactos, soluções sustentáveis de energia
2. ALTUS SA	-
3. BAESA	Meio ambiente
4. CEEE-GT	Meio ambiente
5. DHB	Meio ambiente
6. DIMED	-
7. ÉVORA	-
8. EXCÉLCIOR	-
9. FRAS-LE	Meio ambiente, responsabilidade ambiental
10. GERDAU MET	Meio ambiente, dedicação ambiental, políticas de meio ambiente, sistema de gestão ambiental, reciclagem
11. GRAZZIOTIN	-
12. IRANI	Sustentabilidade, carbono neutro, gestão ambiental, gestão para a sustentabilidade
13. JOSAPAR	-
14. MINUPAR	-
15. ODERICH	-
16. PETTENATI	Ética e sustentabilidade, práticas sustentáveis
17. PLANATLÂNTICA	Meio ambiente, progresso, desenvolvimento e alta tecnologia
18. RANDON	Sustentabilidade, meio ambiente, princípios ambientais
19. RECRUSUL	Sustentabilidade, ciclos sustentáveis
20. RENNER	Meio ambiente
21. RGE	Eficiência energética, gestão ambiental
22. RIOSULENSE	Sustentabilidade, meio ambiente, coleta seletiva, tratamento de água, estação de tratamento de efluentes, plantio comemorativo
23. SLC AGRÍCOLA	Sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, meio ambiente, grupo de ação socioambiental
24. UNICASA	-

Fonte: Elaborado pela autora

Ademais, no que corresponde a divulgação de relatórios específicos, verificou-se que algumas empresas o fazem, da amostra analisada, somente uma empresa publicou balanço social em 2013, que foi a empresa Grazziotin, a qual publica anualmente este demonstrativo. Em contrapartida o relatório de sustentabilidade possui uma maior representatividade com a publicação de sete empresas representando 29%, as quais divulgaram informações.

Conforme Tabela 3 abaixo, é possível perceber que devido ao fato destes relatórios não terem obrigatoriedade de publicação, algumas empresas não o elaboram, ou não o publicam anualmente, não tendo uma sequência que permita

um comparativo anual. A Bovespa disponibiliza em seu site uma listagem das empresas que elaboram o relatório de sustentabilidade, bem como a justificativa das empresas que optaram por não publicar o relatório.

Tabela 3 – Empresas que publicaram Relatórios Específicos

EMPRESA	PUBLICAÇÃO DISPONIBILIZADA
1. AES SUL	Relatório de Sustentabilidade 2013
2. ALTUS SA	-
3. BAESA	Relatório de Sustentabilidade 2011/2012
4. CEEE-GT	Relatório de Sustentabilidade 2013
5. DHB	Balanço Ambiental 2006
6. DIMED	-
7. ÉVORA	-
8. EXCÉLCIOR	-
9. FRAS-LE	Relatório de Sustentabilidade 2013
10. GERDAU MET	Relatório de Sustentabilidade 2013
11. GRAZZIOTIN	Balanço Social 2013
12. IRANI	Relatório de Sustentabilidade 2013
13. JOSAPAR	-
14. MINUPAR	-
15. ODERICH	-
16. PETTENATI	-
17. PLANATLÂNTICA	-
18. RANDON	Relatório de Sustentabilidade 2013
19. RECRUSUL	-
20. RENNER	Relatório de Sustentabilidade 2013
21. RGE	-
22. RIOSULENSE	Balanço Social 2008
23. SLC AGRÍCOLA	-
24. UNICASA	-

Fonte: Bovespa (2014)

Cabe ressaltar que nem todas as empresas publicaram os relatórios específicos, bem como nem todas justificaram o motivo da não publicação para a Bovespa. Desta forma, segue a justificativa somente das empresas que enviaram suas justificativas:

Dimed: A Companhia não publica relatórios anuais de sustentabilidade [...]

Josapar: A Companhia informa que não emite tais relatórios por deter todas as licenças sócio ambientais atualizadas exigidas para a sua atividade. [...] A Companhia não tem projeto de Sustentabilidade, razão pela qual não publica Relatório de Sustentabilidade ou documento similar.

Pettenati: O emissor possui práticas de sustentabilidade, somente não as divulga através de relatório periódico tendo em vista os custos de confecção e atualização [...].

Unicasa: Informamos que a companhia ainda não possui um relatório de sustentabilidade ou algo similar [...] A Direção da Unicasa [...] visa desenvolver e estruturar um relatório de sustentabilidade, demonstrando os valores da sustentabilidade corporativa a seus investidores e ao mercado em geral, que será publicado no futuro próximo.

Assim é possível verificar que a falta de obrigatoriedade, bem como a falta de padronização deste tipo de informação dificulta a análise e comparação das mesmas, pois algumas empresas divulgam tais informações em relatórios de administração, outras em sites e outras empresas ainda divulgam em relatórios específicos.

A empresa Fras-le é controlada direta pela empresa Randon, que publica o relatório de sustentabilidade anual, no entanto em seu site específico somente está disponibilizado o relatório anual, contendo informações a respeito do meio ambiente. Também é importante destacar que algumas destas empresas que não publicam os relatórios específicos, divulgam estas informações na publicação dos relatórios anuais, como por exemplos as empresas Excelsior, Oderich e Renner.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo desse estudo foi descrever as informações ambientais evidenciadas por uma amostra composta de vinte e cinco companhias abertas atuantes no Rio Grande do Sul. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de cunho qualitativo e documental, tendo por base os relatórios da administração das companhias publicados no site da BM&FBovespa, correspondentes ao exercício social encerrado em 31/12/2013.

Os dados obtidos na pesquisa revelam que 28% das companhias não efetuaram qualquer tipo de divulgação relacionada com as categorias adotadas no estudo, contempladas na Lei 10.165/2000. Essa ausência de informações não indica, necessariamente, que estas companhias não tenham ações voltadas para as questões ambientais, mas que eventualmente não se dispuseram a divulgá-las à sociedade. Seis companhias acrescentam em seus relatórios que divulgam

informações dessa natureza em relatórios mais específicos como balanço social e relatório de sustentabilidade.

Examinando-se a divulgação de políticas ambientais pelas companhias, constatou-se que um número reduzido destas divulgou informações relacionados com esta categoria. Informações relacionadas com a obediência às leis, licenças e órgãos ambientais foram as que tiveram maior evidenciação, assim como prêmios recebidos e participações em eventos, programas e índices ambientais, divulgados por oito companhias, com destaque para as companhias Irani e Gerdau.

A divulgação de informações sobre certificações ambientais foi observada em relatórios de oito companhias, que mencionaram possuir as certificações ISO 9000 e ISO da série 14000.

Os investimentos ambientais foram objeto de divulgação também por um número reduzido de companhias, porém informações relacionadas com custos e despesas ambientais não foram divulgadas. Por fim, observou-se que as informações que mereceram maior divulgação por parte das companhias se referiam à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, mencionadas em praticamente metade dos relatórios examinados.

Adicionalmente pode se mencionar que a grande maioria das divulgações efetuadas pelas companhias o foi na forma narrativa (declarativa), seguida de divulgações de dados quantitativos (físicos) e com menor ênfase foram divulgadas informações de cunho monetário.

Também cabe destacar, em derradeiro, que esse estudo apresenta como limitação o fato de terem sido utilizados unicamente dados disponibilizados nos relatórios da administração de companhias com atuação no Rio Grande do Sul, relativos ao ano de 2013. Isso significa que novos estudos podem ser desenvolvidos, considerando a utilização de uma amostra de companhias atuantes na Região Sul do Brasil, a ampliação do período de observação e análise de fatores explicativos da evidenciação.

## **DISCLOSURE ENVIRONMENTAL INFORMATION IN OPEN CAPITAL COMPANIES IN THE RIO GRANDE DO SUL**

### **ABSTRACT**

This study aimed to describe the environmental nature of information evidenced in the management reports of a sample of twenty-five open companies operating in Rio Grande do Sul (RS), published on the website of BM & FBovespa and for the year 2013. The research performed can be classified as qualitative, in regard to the problem of approach, descriptive in relation to its objective and documentary about the technical procedure used in data collection. The data were subject to a content analysis, considering eight categories and thirty-six subcategories of analysis. The results show a low disclosure of environmental information by companies in the sample, many of which did not show any kind of disclosure. The information that had greater disclosure in the examined reports referred to issues related to compliance with laws, permits and environmental agencies; receiving awards and participation in events; received environmental certifications; there system for reducing impacts on the environment due to waste and the production process. Most of the information disclosed was presented in narrative form, and with less emphasis were used quantitative information (physical and monetary). The study reveals the low use of part of the management report of the companies to disclose their actions related to the environment, even considering the importance of this report as an important company communication element with its stakeholders.

**Keywords** : Disclosure. Environmental information. Management report.

### **REFERÊNCIAS**

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: 70, 2011.

BEUREN, I.M (Org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008.

BEUREN, I.M; GUBIANI, C.A; SANTOS, V.D.S. **Informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE**. Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos. Janeiro/março 2013

COELHO, F. Q. **Uma análise dos fatores diferenciadores na divulgação de informações voluntária sobre o meio ambiente**. 129 f. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo RS, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social**. 2 ed. Brasília : CFC, 2007.

\_\_\_\_\_. **NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Resolução CFC nº 1374, de 8 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **NBC TG 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Resolução CFC nº 1185, de 28 de agosto de 2009.

COSTA, R.S.D; MARION, J.C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **RAE - Revista de Administração e Economia**. v. 52, n. 43, p. 20-33, jan./abr.2007.

CZESNAT, A.O; MACHADO, D.D.P.N. **Legitimação na Evidenciação de Informações socioambientais entre as empresas de telecomunicações listadas na Bovespa**. Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos. V 9. N 3. julho/setembro 2012.

DE LUCA, M.M.M. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2 ed. São Paulo. Atlas, 1999.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. **Teoria da contabilidade**. Tradução da 5ª edição americana por Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R. 2007. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 7ª ed., São Paulo,Atlas, 646 p.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R. **Teoria da Contabilidade**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KLANN, R.C; BEUREN, I.M. **Características de empresas que influenciam o seu disclosure voluntário de indicadores de desempenho**. Brazilian Business Review, v. 8, n.2, p. 96-118, 2011. Disponível: < <http://www.redalyc.org/pdf/1230/123018559005.pdf> >. Acesso: 26 jun 2014

LEITE FILHO, G.A. PRATES, L.A. GUIMARÃES, Thiago Neiva. **Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007**. RCO - Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP, São Paulo, v. 3, n. 7, p.



44-59, set.-dez. 2009. Disponível em:  
<<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/107>>. Acesso em: 05 set. 2014.

LINDSTAEDT, Â.R de S; OTT, E. Evidenciação de Informações Ambientais pela Contabilidade: um estudo comparativo entre as normas internacionais (ISAR/UNCTAD), norte-americanas e brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte-BH, v. 18, n. 4, p. 11-35, out./dez. 2007

MUSSOI, A; BELLEN, H.M.V **Evidenciação Ambiental: uma comparação do nível de Evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras**. RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP, v. 4, n. 9, p. 56-78, mai/ago 2010. Disponível em:<<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/145>>. Acesso em 15 mai 2014.

MURCIA, F. Dal-Ri . Aspectos metodológicos da pesquisa acerca da divulgação de informações ambientais: proposta de uma estrutura para análise do disclosure ambiental das empresas brasileiras. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 2, n. 2, p. 88-104, mai./ago. 2008. Disponível em: <[www.spell.org.br/documentos/download/1265](http://www.spell.org.br/documentos/download/1265) >. Acesso: 28 março. 2015.

NOSSA, V. Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. **Tese**. São Paulo: FEA/USP, 2002. 246 p.

OUCHI, C.H.C. **Práticas de sustentabilidade corporativa no Brasil: uma análise do setor de papel e celulose**. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 85 p, 2006.

OLIVEIRA; A.F de; MACHADO, D.G; BEUREN, I.M. **Evidenciação Ambiental de Empresas de setores potencialmente poluidores listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE)**. Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 20-37, jan./abril 2012.

RIBEIRO, A.M; BELLEN, H.M.V; CARVALHO, L.N.G de. **Regulamentar faz diferença? O caso da evidenciação ambiental**. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 137-154, maio/jun./jul./ago. 2011.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E.C.; MURCIA, F.D.; BORBA, J.A. 2012. **Explicações para divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v47n2/a05v47n2.pdf>>. Acesso em 18 jun.2014

TINOCO, J.E.P. KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.